



Câmara Municipal de Ilhéus  
**Gabinete da Vereadora Ivete Maria**  
Tel.: (73) 2101 2612

Projeto de Lei 034/2021

*“Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa, Capelania, nos estabelecimentos de ensino, Hospitais, Instituições Carcerárias, Instituições socioeducativas, no Município de Ilhéus e da outras providências”.*

A Câmara Municipal de Ilhéus, no uso de suas atribuições legais,

**Decreta;**

Art. 1º - A presente regulamenta a prestação de assistência Religiosa e Espiritual – Capelania, nos estabelecimentos de ensino, hospitais, instituições carcerárias socioeducativas e quarteis situados no Município de Ilhéus.

Art. 2º - É garantida a livre prática de culto para todas as crenças religiosas, aos assistidos e seus familiares, permitindo-se lhes a participação nos serviços religiosos organizados nos estabelecimentos de ensino, penal e hospitalar, condicionadas aos ditames impostos pela presente Lei, em favor dos interesses prevaletentes da coletividade.

Art. 3º - A assistência religiosa só poderá ser ministrada se houver manifestação dos interessados nesse sentido, uma vez que nenhum assistido poderá ser obrigado a participar de atividades religiosas

Art. 4º - Os estabelecimentos citados por esta Lei manterão local apropriado para os cultos religiosos.

Art. 5º - A assistência religiosa de que se trata a presente Lei é exercida pelos serviços de capelania, prestados por capelães constituídos, observando os preceitos desta Lei.

§ 1º. – Capelães de instituições legalmente constituídas, quando apresentados pelas mesmas, poderão eventualmente, dentro de suas limitações eclesiásticas, prestar serviços auxiliares de assistência religiosa e espiritual, supervisionados por um capelão.

Art. 6º - Os serviços de capelania constituem-se, dentro de outros de:

- I. Trabalho de Capelania.
- II. Aconselhamento.
- III. Orações
- IV. Manifestar a Santa Comunhão
- V. Ministras a Palavra

CÂMARA MUNICIPAL DE ILHÉUS  
**RECEBEMOS**  
EM 29/03/2021  
*[Assinatura]*  
FUNCIONÁRIO



**Câmara Municipal de Ilhéus**  
**Gabinete da Vereadora Ivete Maria**  
**Tel.: (73) 2101 2612**

Art. 7º - A assistência religiosa poderá ser ministrada:

- I. Aos discentes e docentes das entidades de ensino da rede Pública ou privada.
- II. Aos pacientes internados em hospitais Públicos ou privados.
- III. Aos reclusos em estabelecimentos prisionais, delegacias, quartéis ou estabelecimentos socioeducativos.
- IV. Aos Militares no ambiente dos quartéis.

Art. 8º - Será garantido o acesso dos representantes credenciados as dependências de todas as unidades hospitalares, prisionais e socioeducativas, para fins de prestação de assistência humana e religiosa, dispensados da revista manual e contando com a colaboração e segurança dos agentes, preservando o sigilo de entrevistas e confidências pessoais dos presos, internados e funcionários.

Art. 9º - A assistência religiosa poderá ser prestada fora dos horários normais de visitas e os Capelães terão acesso às dependências dos hospitais e estabelecimentos prisionais ou socioeducativos, onde será prestada toda a colaboração necessária ao desempenho de suas atribuições.

Art. 10º - O acesso as dependências dos estabelecimentos de ensino, hospitais, instituições carcerárias, socioeducativas e quartéis, na conformidade do artigo anterior, fica condicionado a apresentação pelo Capelão, de credencial específica, fornecida pela ordem dos Capelães do Brasil.

Art. 11º - As instituições religiosas que desejarem prestar assistência aos assistidos, deverão cadastrar-se na ordem dos Capelães do Brasil, mediante a apresentação de cópias autenticadas de seus atos constitutivos, devidamente registrados a uma ordem regulamentadora da atividade.

Art. 12º - Somente poderá ser expedida credencial mediante a apresentação do termo de apresentação, identificação, idoneidade e responsabilidade, subscrito pelo instituto de capelania de formação, bem como instituição religiosa a qual pertença o interessado.

Art. 13º - Deverá ser criado e mantido pela ordem dos Capelães do Brasil, um registro de identidade das pessoas que forem credenciadas.

Art. 14º - O cartão de credenciamento, além da identificação pessoal, constará de foto recente e terá validade não superior a um ano.



**Câmara Municipal de Ilhéus**  
**Gabinete da Vereadora Ivete Maria**  
**Tel.: (73) 2101 2612**

Art. 15º - Os locais e horários para realizações das cerimônias religiosas serão estabelecidos pela direção dos estabelecimentos.

Art. 16º - As instituições cadastradas poderão requerer credenciamento especial para o Capelão, para livre acesso: Entrar, visitar, inspecionar e permanecer em qualquer dependência dos estabelecimentos contidos no artigo 1º. Desta Lei.

Art. 17º - São requisitos indispensáveis de credenciamento dos respectivos interessados:

- I. Ser maior de 21 anos;
- II. Estar no exercício de seus direitos políticos se brasileiro
- III. Estar regularmente no País se estrangeiro;
- IV. Ser pessoa de ilibada conduta moral e profissional;
- V. Ser apresentado pela entidade religiosa interessada na conformidade dos artigos 10º e 11º desta Lei;
- VI. Ser habilitado por instituição de Capelania, e registrado em uma entidade regulamentadora da atividade devidamente reconhecida e cumprir as exigências impostas pela Lei vigente.

Art. 18º - O eventual desrespeito às faculdades e garantias da pessoa credenciada gera responsabilidade disciplinar imputável ao agente público que lhe der causa.

Art. 19º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ilhéus, 29 de março de 2021.

**Vereadora Ivete Maria**  
**DEM**



**Câmara Municipal de Ilhéus**  
**Gabinete da Vereadora Ivete Maria**  
Tel.: (73) 2101 2612

**JUSTIFICATIVA**

Esse importante projeto de lei já é uma realidade muito bem-sucedida no Estado do Rio de Janeiro, onde o Governo Estadual sancionou Lei.1015/2015 como também no Estado da Bahia, Lei nº 22.930/2018.

A assistência espiritual individual é exercida por um profissional de Capelania Civil, existente de fato, no Brasil, desde o século XVI e vem crescendo significativamente.

A formação e a fiscalização do exercício do profissional de Capelania Civil nunca foram normatizadas, isto posto entendemos que deve ser de extrema urgência a regulamentação desta profissão, a fim de disciplinar todos os ângulos do seu exercício, socialmente útil e legalmente fiscalizável, para conservação do respeito mútuo.

A fiscalização em nosso entender, contribuirá para que se evitem conflitos por falta de diretrizes. Nosso projeto de Lei, reconhece a competência das entidades de Capelania Civil, que historicamente vem formando Capelães, capacitando-as para o exercício da Capelania Civil. Consideramos ademais, que os Capelães formados precisam ser credenciados pela OCB no qual examinará a formação, fornecerá o registro e fixará o código de ética e os procedimentos pertinentes, principalmente para evitar a ocorrência de oportunistas e enganadores.

O Projeto ora apresentado não cria corporativismo nem limita a prática da Capelania Civil a Católicos ou Evangélicos, o que seria inconstitucional, mas normatiza sua prática.

O Projeto reconhece Ordem dos Capelães do Brasil como órgão competente para fiscalização do exercício da profissão dos Capelães Civil. O Projeto é oportuno porque a Capelania Civil atende a realidade, tanto em termos de coerência como em termo de proteção a sociedade, porque os resultados de serviços diminuem significativamente os focos de tensão, maiores causadores de delitos e infelicidades humanas.

Este Projeto sobretudo, fará história na Saúde espiritual da nossa nação porque restaura de forma legal, princípios essenciais e sobretudo da profissão de Capelão Civil.

O presente projeto está amparado nos princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade e eficiência (caput do art. 37 da Constituição Federal).



**Câmara Municipal de Ilhéus**  
**Gabinete da Vereadora Ivete Maria**  
**Tel.: (73) 2101 2612**

Por todo o exposto, espera a autora a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que a meu ver, atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Ilhéus, 29 de março de 2021.

  
**Ivete Maria de Souza**  
**Vereadora DEM**